

Ana Clara Magalhães de Medeiros*

*Miguel de Unamuno entre Pessoa e Saramago:
O Ano da Morte de Ricardo Reis é 1936*

[...] Entre ódios pequenos
De mim; estou de mim partido.
Se ao menos chovesse menos!

Fernando Pessoa (1931)

O Colóquio *Os outros (d)e José Saramago*, realizado na Universidade Roma Tre – Roma/Itália no ano do centenário de nascimento de José Saramago (2022), provocou o debate sobre os outros (personagens históricos ou literários) à roda do escritor Nobel, bem como sobre as relações de alteridade tecidas a partir da ação estética e ética do autor português. Dentre os dezessete romances saramaguianos publicados ao longo de sua vida, apenas três apresentam, desde o título, o diálogo evidente com *um* outro (nominado). São eles: *O Ano da Morte de Ricardo Reis* (1984), *O Evangelho segundo Jesus Cristo* (1991) e *Caim* (2009). Elegi tratar, nesta oportunidade, do livro de 1984, ressaltando não sua interlocução evidente e já vastamente estudada com Fernando Pessoa e seu heterônimo, mas com uma figura que aparece pontualmente nos capítulos finais da narrativa e que, a despeito de uma aparição breve e aparentemente digressiva, consolida-se como outro capaz de modificar a consciência e a ação do personagem Ricardo Reis. Refiro-me a Miguel de Unamuno, pensador e escritor espanhol (ibérico como Saramago), morto no último dia do mesmo *Ano da Morte de Ricardo Reis*: 1936.

Em 1934, quando Fernando Pessoa levava a público a *Mensagem* e Saramago era ainda um menino, Teixeira de Pascoaes, ‘poeta lusíada’ amigo e leitor de Unamuno, escrevera ao reitor de Salamanca em carta: «Não é Miguel de Unamuno o espírito vivo da Ibéria? A estátua resplandecente que nos mostra ao mundo?» (Pascoaes, 1957: 28). Os

* Universidade de Brasília (UnB).

dizeres pascoalianos ganham maior potência se recordamos que *O Ano da Morte de Ricardo Reis* é um romance marcado pela presença de uma estátua – aquela situada no Alto de Santa Catarina em Lisboa, que dá corpo ao Adamastor, personagem camoniano dos *Lusíadas* (1572). Sobre a estátua do gigante, Fernando Pessoa personagem de Saramago comenta em tom de deboche: «serviu-se o Camões dele para queixumes de amor que provavelmente lhe estavam na alma, e para profecias menos do que óbvias, anunciar naufrágios a quem anda no mar, para isso não são precisos dons divinatórios particulares» (Saramago, 2010: 228-229). Evocamos esse gigante profético, ainda que suas profecias sejam ‘menos que óbvias’, para indicar que a figura de Unamuno, trazida à tona somente no antepenúltimo capítulo da narrativa, consolida-se, de fato, como uma ‘estátua resplandecente’, no romance, das contradições que o mundo mostra.

Adamastor, assim, erige como uma estátua de pedra que garante, ao romance, um desfecho inacabado, aberto e grávido de futuro – o parágrafo derradeiro do livro diz justamente: «O Adamastor não se voltou para ver, mas parecia-lhe que desta vez ia ser capaz de dar o grande grito» (Saramago, 2010: 428). Já Unamuno comparece como estátua incorpórea, mas levantada no pensamento e no discurso de Ricardo Reis, do fantasma de Pessoa e no narrador saramaguiano, para fazer resplandecer o impasse, o incômodo, a condição de desassossego frente ao nublado ano de 1936. Fernando Pessoa personagem, aliás, censura Ricardo Reis no momento em que tratam do escritor vasco: «você esquece a importância das contradições» (Saramago, 2010: 395). Passados cerca de oito meses do tempo que resta ao fantasma Pessoa para ‘revistar’ Lisboa, os episódios derradeiros contados n’*O Ano da Morte de Ricardo Reis* sublinham a presença decisiva de dois importantes outros de José Saramago: Unamuno e Espanha.

Partimos, assim, do embate ideológico entre Miguel de Unamuno e o general franquista Millán Astray, ocorrido no ano inicial da Guerra Civil Espanhola, evento histórico retomado e reverberado literariamente por Saramago na prosa que faz falar Fernando Pessoa morto e Ricardo Reis vivo. Do seio de uma obra com mais de quatrocentas páginas, extraímos uma narrativa enxertada no romance para evidenciar como a menção a Unamuno provoca um maremoto na consciência do sonolento Ricardo Reis. Este, por fim, desiste de viver naquela Ibéria que gritava «Viva la muerte» (Saramago, 2010: 389) – pelo lado espanhol; ou que placidamente convivía com ela, pelo lado português, «povo de suicidas, gente que não grita Viva la muerte, mas vive com

ela» (Saramago, 2010: 411), adverte-nos o narrador imiscuído ao pensamento de Ricardo Reis, já no penúltimo capítulo do livro.

Nos momentos finais de sua vida romanesca, Reis, auxiliado pelo fantasma de Pessoa e ainda pelo narrador da trama, retoma ou mesmo reinventa as palavras e o gesto de Unamuno. Para tanto, o romance alicerça-se em um episódio integrante da «mitologia espanhola» (del Molino, 2018)¹ que teria se passado na Universidade de Salamanca em 12 de outubro de 1936 – frise-se que o livro de Saramago não alcança o mês de outubro do referido ano, pois se finda com outro episódio histórico, o da Revolta dos Marinheiros de Lisboa, ocorrida de 7 para 8 de setembro de 1936. Atesta-o a prestigiada crítica pessoana Leyla Perrone-Moisés, em livro de ensaios dedicados aos romances saramaguianos lançado no ano de seu centenário:

Segundo Saramago, a vida de Ricardo Reis termina em meio ao caos político e social. Pela última vez, o poeta contempla «o espetáculo do mundo», e o que ele presencia é o bombardeio de navios portugueses nos quais ocorria um levante de marinheiros revolucionários, contrários à ditadura de Salazar e favoráveis aos republicanos espanhóis. Esse evento de fato ocorreu em Lisboa, no dia 8 de setembro de 1936. A inclusão de sua personagem duplamente imaginária num episódio real da história portuguesa é realizada pelo romancista com maestria, amarrando o plano da narração com a ideologia de Reis. Entre os marinheiros mortos a bordo estava o irmão da amante Lídia (Perrone-Moisés, 2022: 24-25).

O tempo do romance, então, finda-se na primeira quinzena de setembro de 1936. A capacidade profética de seu narrador, de personagens sem nome que aparecem apenas para atizar a consciência de

¹ A expressão destacada é do jornalista Sergio del Molino e encontra-se em artigo seu de 2018, publicado no *El país*, com o provocativo título «Lo que Unamuno nunca le dijo a Millán Astray». Trata-se de texto jornalístico bastante reverberado, até os nossos dias, sobretudo entre os grupos de direita e extrema direita em Espanha. No artigo, del Molino defende que o discurso possivelmente pronunciado pelo reitor de Salamanca contra o general falangista não passa de uma construção literária posterior a 1936, principiada pelo colega de Unamuno, Luis Portillo, professor de Salamanca e político de esquerda, que combatera ao lado dos Republicanos e se exilara no Reino Unido naquele contexto de guerra civil e franquismo. Alicerçado nas recentes pesquisas do bibliotecário salamantino Severino Delgado Cruz, citado mais adiante nesta nossa exposição, del Molino termina por suscitar, na nossa apreensão, um rigor histórico que favorece os discursos de extrema direita tão em voga na segunda década do século XXI em países como Espanha, Estados Unidos, Itália e Brasil.

Reis e ainda do Pessoa defunto se estendem, contudo, até o episódio encenado na reitoria da Universidade de Salamanca um mês depois (em 12 de outubro daquele conturbado ano). O historiador espanhol Raimundo Cuesta disse há pouco tempo que «Unamuno fue un profeta en el infierno del 1936» (Cuesta, 2019). Não há dúvida de que 1936 foi um inferno na terra, especialmente em terras ibéricas, tanto em Portugal como em Espanha. A dúvida que se levantou já no século XXI, portanto posteriormente ao romance saramaguiano, é se, de fato, o reitor de Salamanca, que se fizera opositor do revolucionário republicano Azaña, naquele mesmo ano, teria vociferado um grito corajoso em prol da inteligência e contra o sanguinário general Millan Astray em um emblemático dia de outubro.

O discurso unamuniano, tal qual difundido no imaginário espanhol, é reproduzido com demora n'*O Ano da Morte de Ricardo Reis* pela boca do fantasma Fernando Pessoa, que realiza uma espécie de vaticínio óbvio (à maneira do Adamastor n'*Os Lusíadas*) em resposta à insistência de Ricardo Reis, sobre as palavras de Unamuno. O romance se explica melhor:

Foi-me dito que esse general, que se chama Milan d'Astray, há-de encontrar-se um dia com Miguel de Unamuno, gritará Viva la muerte e ser-lhe-á respondido, E depois, Gostaria de conhecer a resposta de Don Miguel, Como quer que eu lha diga, se ainda não aconteceu, Talvez o possa ajudar saber que o reitor de Salamanca se colocou ao lado do exército que pretende derrubar o governo e o regime, Não me ajuda nada, você esquece a importância das contradições [...] O mais que posso fazer é admitir uma hipótese, Qual, Que o seu reitor de Salamanca responderá assim há circunstâncias em que calar-se é mentir acabo de ouvir um grito mórbido e destituído de sentido viva a morte este paradoxo bárbaro repugna-me o general Milan d'Astray é um aleijado não há descortesia nisto Cervantes também o era infelizmente há hoje em Espanha demasiados aleijados sofro ao pensar que o general Milan d'Astray poderia fixar as bases numa psicologia de massa um aleijado que não tenha a grandeza espiritual de Cervantes procura habitualmente encontrar consolo nas mutilações que pode fazer sofrer aos outros (Saramago, 2010: 394-395).

Voltaremos a esse diálogo entre Reis e Pessoa logo mais – se é ele o ponto nodal da discussão que aqui se está propondo a respeito da consciência finalmente autônoma e ativa do heterônimo sonolento. Antes, um aporte histórico mais atualizado sobre o caso mitológico que

Unamuno protagonizou e que, certamente, inquietou a José Saramago, pode ser útil nesta travessia pelo labirinto que é *O Ano da Morte de Ricardo Reis*. Uma das versões muito difundidas sobre o caso é a que consta na biografia do escritor vasco assinada por Colette e Rabaté, em seção especificamente dedicada ao caso, assim intitulada: «El 12 de octubre de 1936» (Colette e Rabaté, 2014: 804). De acordo com os biógrafos, a irritação de Unamuno teria se iniciado durante o pronunciamento ultranacionalista do então professor de Literatura da Universidade de Salamanca, Francisco Maldonado de Guevara. Maldonado «acusa a las provincias de Cataluña y del País Vasco del crimen de separatismo. Las compara con cárceres en el cuerpo santo del país» (Colette e Rabaté, 2014: 807). Após ouvir pronunciamentos fascistas do colega, como também do poeta e político José María Pemán, Unamuno teria proferido este discurso – que, a despeito de sua extensão (ao menos nessa versão dos biógrafos), merece ser transcrito para comparação com a recordação que o autor-narrador de Saramago faz do mesmo episódio:

Se ha hablado de guerra internacional en defensa de la civilización cristiana occidental; una civilización que yo mismo he defendido otras veces. Pero la de hoy es sólo una guerra incivil. [...] Conquistar no es convertir. Vencer no es convencer y no puede convencer el odio que no deja lugar para la compasión; no puede convencer el odio a la inteligencia que es crítica y diferenciadora, inquisitiva y no de inquisición [...]. Dejaré de lado la ofensa personal que supone en un discurso la explosión contra vascos y catalanes, llamándoles la anti-España. [...] España es un manicomio suelto. Bolchevismo y fascismo son las dos formas – cóncava y convexa – de una misma y sola enfermedad mental colectiva (Colette e Rabaté, 2014: 808-809).

Ao escutar o orador vasco, o general Millán Astray, segundo relato da dupla biografista, teria interrompido frequentemente o pronunciamento com gritos sonoros que diziam: «¡Muera la intelectualidade traidora!» e ainda «¡Viva la muerte!» (Colette e Rabaté, 2014: 809). A contenda que se levantou a respeito da veracidade dos acontecimentos passados naquela data com o reitor de Salamanca é insuflada pelo fato de ter sido Unamuno um intelectual controverso, que, especialmente no contexto espanhol de 1936, recusou-se à adesão definitiva e passional a qualquer dos grupos protagonistas da Guerra Civil. É o que relatam os mesmos Colette e Rabaté, mas agora no recente livro *En el torbellino*.

Unamuno en la guerra civil (2018). A ‘névoa’ em torno das palavras e posições unamunianas é tão densa que, a respeito do discurso apresentado na biografia como proclamado por Unamuno no 12 de outubro, uma nota de rodapé dos próprios biógrafos adverte:

No queda ningún rastro escrito ni grabado de esta famosa intervención. Hemos tomado la libertad de reconstruir el posible discurso de Unamuno a partir de las notas garabateadas en el sobre que bien contiene en el archivo Unamuno la palabra «Rizal» borrada de la fotocopia del manuscrito original en la biografía de Emilio Salcedo y en otros artículos que siguen corriendo a propósito de esta famosa intervención del 12 de octubre. Asimismo, nos hemos valido de los discursos y escritos dedicados a las celebraciones anteriores de este día de la Raza. Por último, hemos acudido al texto de *El resentimiento trágico de la vida* y a los artículos escritos en *A hora* durante los meses precedentes (Colette e Rabaté, 2014: 881).

Assim, os autores da biografia lançada em 2009 explicitam que o discurso de Unamuno que apresentam passa por um processo de criação ficcional – alicerçado, claro está, nos apontamentos do escritor naquela data, nos meses antecedentes e na tradição crítica sustentada pelo pensador *quijotista*. Tal versão assemelha-se à do exilado Luis Portillo (a quem já remetemos na nota 1), que o historiador Ricardo de la Cierva, em sua *Historia ilustrada de la Guerra Civil española*, publicada em 1970 – portanto, catorze anos antes da publicação d’*O Ano da Morte* –, faz questão de registrar integralmente. Destacamos o trecho do discurso atribuído a Unamuno que é explicitamente evocado no romance:

Acabo de oír el grito necrófilo y sin sentido de ¡Viva la Muerte! Esto me suena lo mismo que ¡Muera la Vida! Y yo, que me he pasado toda la vida creando paradojas que provocaron el enojo de los que no las comprendieron, he de decirles, como autoridad en la materia, que esta ridícula paradoja me parece repelente. Puesto que fue proclamada en homenaje al último orador, entiendo que fue dirigida a él, si bien de una forma excesiva y tortuosa, como testimonio de que él mismo es un testimonio de la muerte. ¡Y otra cosa! El general Millán Astray es un inválido. No es preciso decirlo en un tono más bajo. Es un inválido de guerra. También lo fue Cervantes. Pero los extremos no sirven como norma. Desgraciadamente hay hoy día demasiados inválidos en España y pronto habrá más, si Dios no nos ayuda. Me duele pensar que

el general Millán Astray pueda dictar las normas de psicología de las masas. Un inválido que carezca de la grandeza espiritual de Cervantes, que era un hombre – no un superhombre – viril y completo, a pesar de sus mutilaciones, un inválido, como dije, que carezca de esa superioridad del espíritu, suele sentirse aliviado viendo cómo aumenta el número de mutilados alrededor de él (Cierva, 1970: 75-76).

Esses são os termos do grito unamuniano revisitado por Ricardo Reis, Pessoa fantasma e pelo narrador do livro de Saramago. Muitos anos após a publicação do romance, o historiador e bibliotecário da Universidade de Salamanca Severino Delgado Cruz ocupou-se em realizar uma «arqueologia do 12 de outubro de 1936». Em 2018, publicou estudo que conclui algo que basta, por hora, para apaziguar a discussão que nos interessa sobre a veracidade literal do discurso unamuniano contra o fascista:

las palabras pronunciadas por el rector Unamuno han sido fruto de una intensa mitificación. En realidad, no hay manera de conocer la literalidad del discurso de Unamuno, porque fue una improvisación y no fue recogido en la prensa de la época, a pesar de lo cual circulan varias versiones que entrecomillan frases y párrafos enteros asignando a Unamuno la autoría literal (Delgado Cruz, 2018: 1).

Para arrematar tão extenso debate, faço destaque à constatação de Raimundo Cuesta: «Sea como fuere, [...] lo cierto y verdad, más allá de la literalidad de las palabras que intercambiaron, el rifirrafe verbal y gestual entre Unamuno y el general Millán-Astray fue extremadamente grave» (Cuesta, 2019). O estudioso da obra unamuniana e da Guerra Civil Espanhola, na mesma oportunidade, indica, ainda, que o evento de outubro reverberara até o mês da morte do escritor basco, quando escreve em carta inflamada, endereçada a um amigo: «Hubiera visto usted aullar a esos dementes azuzados por el grotesco y loco histrión que es Millán-Astray» (Cuesta, 2019). Tipo grotesco e louco que atíça dementes – essa pode ser uma qualificação fidedigna de Unamuno a Astray, passados menos de dois meses do episódio na reitoria da Universidade de Salamanca.

Certamente, então, estamos diante de um intelectual com posição política errática, que em um único ano, 1936, declarou-se contra Manuel Azaña e a II República Espanhola, defendeu a investida franquista em

julho daquele ano e repudiou veementemente um general central no grupo de Franco em missiva enviada no mês de sua morte. As contradições de Unamuno, por certo, são muito anteriores aos anos 1930. Aliás, suas ambiguidades e paradoxos servem para distingui-lo, defini-lo. Os seus já citados biógrafos, Colette e Rabaté, assim definem a existência unamuniana: «una vida de luchas contra esto y aquello, en busca incessante y dialéctica de *su verdad*, una vida de crisis permanentes, de combates interiores, de dudas y certidumbres» (Colette, Rabaté, 2014: 4).

Situados a respeito dessa arena que segue em disputa sobre a redenção de Unamuno – ainda hoje com contestações de movimentos neo-franquistas e da imprensa de direita em Espanha – resta, para voltarmos às páginas saramaguianas, dizer que o romance enquanto gênero literário, ao menos na apreensão de Mikhail Bakhtin (2019), é esse que agrega discursos variados, da história oficial e da cultura popular, da tradição artística e da praça pública, das enciclopédias e da memória coletiva tanto escrita como oral. O crítico russo chama atenção (em texto de 1941, que ganhou ampla repercussão apenas em 1975, quando de sua nova publicação no livro *Estética da criação verbal*, meses após a morte do autor) para a atualidade viva e o inacabamento dessa forma literária profundamente responsiva à história (aspectos em plena sintonia com a poética saramaguiana dos anos 1980): «o romance é o único gênero em formação e ainda inacabado. As forças que formam os gêneros agem diante dos nossos olhos: o nascimento e a formação do gênero romanesco realizam-se em plena luz do dia histórico» (Bakhtin, 2019: 65-66).

No final do século XX, Saramago redige, na Península Ibérica, um romance que põe «em plena luz do dia histórico» o ano de 1936. Mais que as sonolências ou as incursões sexuais de Ricardo Reis, mais que as questões filosóficas ou literárias levantas pelo defunto Fernando Pessoa, ao narrador d'*O Ano da Morte* interessa contar um tempo – esforce-se por reconstituir, por entender, por exorcizar 1936. Nessa linha, importa pouco para a economia da narrativa saramaguiana se foram aquelas literalmente ou não as palavras do poeta e professor espanhol na reitoria da Universidade de Salamanca. Parece mais oportuno observar como a versão difundida sobre o 12 de outubro daquele ano opera, no romance, no sentido de desencadear uma ação definitiva da parte do personagem Ricardo Reis.

A teia intrincada entre esses poetas (Reis, Pessoa, Unamuno) e o sucedâneo de eventos políticos que vão fazendo da Ibéria uma espécie de Cemitério dos Prazeres alastrado, condensa-se em um excerto que

mescla a autoconsciência do narrador e o pensamento do Ricardo Reis personagem. O trecho, que vem pouco antes da primeira menção a Dom Miguel, afirma: «Lê Ricardo Reis os jornais e acaba por se impor a si mesmo o dever de preocupar-se um pouco. A Europa ferve, acaso transbordará, não há um lugar onde o poeta possa descansar a cabeça» (Saramago, 2010: 380-381). É de conhecimento geral que o Reis personagem da narrativa em análise goza dos prazeres sexuais, diversamente do heterônimo das odes que cantava para Lídia: «Desenlacemos as mãos, porque não vale a pena cansarmo-nos» (Pessoa, 2005: 256); o poeta que passeia pelo Alto de Santa Catarina em companhia de um fantasma não consegue mais escrever poesia, passa o romance envolvido com duas mulheres (Lídia e Marcenda) e enfada a si e aos leitores pelo excesso de jornais que consome. Finalmente, seu principal ofício na trama é dormir, vítima de uma sonolência imperdoável para um ano em que «a Europa ferve».

O narrador, ironicamente, provoca: «Ricardo Reis deve ter sido o último habitante de Lisboa a saber que se dera um golpe militar em Espanha» (Saramago, 2010: 381). Pouco mais adiante, em um dos mais interessantes diálogos travados entre Reis e a criada sua amante, vemos um embate entre Lídia – representante do que ela mesma definirá como «O povo» (Saramago, 2010: 386) – e o «burguês, lusitano, solteirão, médico, poeta arcaizante, latinista e monarquista» (Perrone-Moisés, 2010: 24) dissipar-se pelo enlace sexual:

Fica sabendo, Lídia, que o povo nunca está de um lado só, além disso, faz-me o favor de me dizeres o que é o povo, O povo é isto que eu sou, uma criada de servir que tem um irmão revolucionário e se deita com um senhor doutor contrário às revoluções, Quem é que te ensinou a dizer essas coisas, Quando abro a boca para falar, as palavras já estão formadas, é só deixa-las sair, Em geral, pensamos antes de falar, ou vamos pensando enquanto falamos, toda a gente é assim, Se calhar, eu não penso, será como gerar um filho, ele cresce sem darmos por isso, quando chega a sua hora nasce [...] Continuas com essa tua ideia de deixar vir a criança, O menino, Sim, o menino, Continuo, e não vou mudar, Pensa bem, Eu, se calhar, não penso, dizendo isto Lídia deu uma risada contente, ficou Ricardo Reis sem saber que resposta dar, então puxou-a a para si, deu-lhe um beijo na testa, depois no canto da boca, depois no pescoço, a cama não estava longe, deitaram-se nela a criada de servir e o senhor doutor, do irmão marinheiro não se falou mais, a Espanha fica no fim do mundo (Saramago, 2010: 386).

Há muitos aspectos a serem discutidos no excerto destacado do romance. O primeiro deles é aquilo que o mesmo narrador, na página seguinte, designará como «debate filosófico e desigual» (Saramago, 2010: 387). Filosófico como são a maior parte dos diálogos nesse romance, que reedita a tradição do sério-cômico (Bakhtin, 2010), seja da menipeia (diálogo dos mortos), seja dos diálogos socráticos – como temos defendido em trabalhos progressos (cf. Medeiros, 2017; Medeiros, 2014). Debate desigual porque o romance (como a história humana) confere sempre maior destaque ao discurso do heterônimo abastado que à criada de servir. O texto saramaguiano, portanto, assume a «unidade da culpa e da responsabilidade» (Bakhtin, 2006: XXXIV) com a estrutura totalitária do ano de 1936 e da vida social de um modo geral, mas apresenta uma saída para o labirinto: o diálogo. Neste ponto, entendemos que aquilo que a ensaísta (unamuniana) Iris Zavala adverte ser característica comum a Unamuno e a Bakhtin serve também para Saramago:

Sin embargo, y sirva esto justamente para subrayar la *modernidad* de su discurso [de Unamuno], sus preguntas esenciales (tan someramente enumeradas) siguen siendo las preguntas centrales de nuestro mundo contemporáneo, revestidas en Unamuno (como en Bajtin) de una confianza en la *palabra hablada* más que en la letra escrita y en una epistemología basada en la *responsabilidad*. Las afinidades mencionadas no son todo. El mayor lazo en común es que ambos – Unamuno y Bajtin – conciben la existencia como diálogo (Zavala, 1991: 13).

O Ano da Morte de Ricardo Reis é um romance que existe como diálogo: entre Saramago e Pessoa, no que concerne ao processo ético e poético de composição da obra; entre os personagens da narrativa: Reis e Pessoa, Reis e Lídia, Reis e Marcenda, Reis e Victor; entre as personas da trama e as figuras da história política e da história literária: Reis e Unamuno, Pessoa e Camões... A provocação filosófica, a experimentação da ‘palabra hablada’, a confluência de pontos de vista opostos – tudo isso que Bakhtin considerou, em *Problemas da poética de Dostoiévski* (2010), como aspectos estruturantes do romance polifônico – aparecem de maneira definitiva nessa obra que, assim, resulta em um texto profundamente aberto e inacabado. Recorrendo uma vez mais à interpretação de Leyla Perrone-Moisés, vale lembrar que o desfecho da narrativa é inconcluso, aberto:

Talvez Reis tenha morrido, por livre e espontânea vontade, no fim daquele ano. É o que o título do romance diz e o que seu final sugere. Mas nessas histórias pessoais nada é certo, e Saramago teve a sutileza de deixar as coisas suspensas, como convinha (Perrone-Moisés, 2022: 18).

De Lúdia é que, seguramente, nada mais sabemos após a repressão salazarista contra os marinheiros insurgentes (dentre os quais se encontrava seu irmão). Aquela criada, que ‘se calhar não pensa’, provocou, em suas aparições na trama, o pensamento em um poeta horaciano que, se calhar, ele sim, não pensava. Não se pode deixar de notar que, no contexto de tensão política e mau-tempo histórico que *O Ano da Morte de Ricardo Reis* retoma, a conversação e mesmo a relação de Reis e Lúdia constitui a expressão da dialética de classes. O romance polifônico saramaguiano parece ser o espaço privilegiado para esse tipo de expressão da condição humana «em estado de crise» (Bakhtin, 2006: 347). Em texto que já citamos de Bakhtin («O romance como gênero literário», 1941/2019), o pensador defenderá que

O processo de formação do romance não chegou ao fim. Está entrando numa fase nova e magnífica. Nas condições da sociedade de classes aparece inevitavelmente em primeiro plano o processo de desintegração do velho acabamento épico e da integralidade do mundo e do homem. Esse processo foi necessário e profundamente eficaz: foi acompanhado de uma complicação e um aprofundamento singulares do mundo, de um crescimento inusual da demanda humana por sensatez e criticismo. Contudo, a criação de uma integralidade nova, complexa e em formação, que conserva todas as riquezas dessa demanda e dessa sensatez, é impossível na sociedade de classes. Essa tarefa já fica por nossa conta (Bakhtin, 2019: 111).

Saramago inaugura-se, a partir de *Levantado do Chão* (1980), como romancista capaz de criar uma «integralidade nova, complexa e em formação», que respondia – no momento de sua primeira recepção – e segue respondendo pela «demanda humana por sensatez e criticismo». O excerto bakhtiniano, não se pode deixar de frisar, à maneira da prosa e da atuação política do Nobel português, deixa-nos uma tarefa – aquilo que «fica por nossa conta». Os pensadores que estamos aqui aproximando (Saramago, Unamuno, Bakhtin) demonstraram, no sepulcral século XX, que «Arte e vida não são a mesma coisa, mas devem tornar-se algo singular em mim, na unidade da minha responsabilidade».

de» (Bakhtin, 2006: XXXIV). Isso disse o russo em texto sucinto de 1919, mas Iris Zavala, sobre Unamuno, chegará à conclusão similar: «Unamuno adquirió conciencia de uma serie de conflitos sobre el sujeto social, el lenguaje y la historia, y luchó para resolverlos, proponiendo [...] que la *verdad* es uma responsabilidad colectiva» (Zavala, 1991: 16). O mais importante intérprete de Saramago em nosso tempo, Carlos Reis, no texto de homenagem proferido na ocasião do funeral do escritor, registrou que a obra saramaguiana assumiu, inequivocamente, a «tarefa» ética (aquela mesma a que se referia Bakhtin), constituindo-se sobre uma

constante e militante vocação para desassossegar imagens feitas e mitos aparentemente intocáveis [...] consciente como sempre esteve de que a literatura existe para afirmar [...] o princípio da subversão da norma, da *doxa* e da verdade em que se crê cegamente (Reis, 2022: 155).

Retomando o extenso fragmento literário de conversação entre a criada e o fazedor de odes, vemos o dismantelamento da ‘doxa’ salazarista, classista, patriarcal e até mesmo clássica (no sentido da tradição ática que a palavra ‘doxa’ e o próprio Ricardo Reis evocam): «Pensa bem, Eu, se calhar, não penso, dizendo isto Lídia deu uma risada contente, ficou Ricardo Reis sem saber que resposta dar» (Saramago, 2010: 386). A risada contente de Lídia contrasta com o silêncio estupefato de Reis. Na dialética do diálogo (insisto: filosófico, à maneira dos socráticos, platônicos...), quando afirma que «se calhar, eu não penso», Lídia está pensando, produzindo discurso, vocalizando «O povo», aquele mesmo que ela é e que Ricardo Reis desconhece. Em oportunidade anterior a esse momento da narrativa, aliás, Fernando Pessoa já dissera ao amigo: «Meu caro Reis, cuidado com as palavras, viva está a sua Lídia, viva está a sua Marcenda, e você não sabe nada delas, nem o saberia mesmo que elas tentassem dizer-lho» (Saramago, 2010: 279). A risada contente de Lídia explicita o escárnio, o riso debochado – tão comum aos gêneros dialogados do sério-cômico antigo (Bakhtin, 2010) –, significa o que, em termos bakhtinianos, pode-se definir como a «superação da reificação» (Bakhtin, 2006: p. 346). Pelo riso, a criada desvela o seu pensamento ativo, sofisticado porque irônico, que desmonta a capacidade argumentativa do homem (intelectual) ao seu lado. A ele, depois da contenda discursiva com Lídia, não resta propriamente o silêncio, mas o mutismo frente à incompreensão: pode o povo falar?

Reis não se faz essa pergunta porque tem interesses mais urgentes: a Espanha fica no fim do mundo e o corpo da musa, criada de hotel, fica logo ao lado...

O gozo erótico empurra a Espanha para longe, mas ela está cada vez mais perto de Portugal, mais precisamente das personagens que habitam a Lisboa de 1936, romaneada por Saramago. Unamuno é a prova inequívoca dessa aproximação. Entendo que é a aparição emblemática de *Don Miguel* que transtorna definitivamente a consciência de Ricardo Reis. O excerto da maiêutica com Lídia sobre «O povo» assim encerra-se: «a Espanha fica no fim do mundo». O comentário do narrador – que condensa prodigiosamente boa dose de ironia e erotismo – serve para ilustrar o movimento de forças opostas que domina o romance nas páginas que temos chamado de derradeiras, a partir do seu antepenúltimo capítulo. Trata-se do contraste entre a tendência à inércia de Reis – «sábio é o que se contenta com o espetáculo do mundo» (Pessoa, 2005: 259; Saramago, 2010: 5) – e o *desassossego* (estamos propositadamente usando o termo-título da prosa de Fernando Pessoa de onde Saramago extrai uma das três epígrafes do livro aqui analisado) que lhe provocam as notícias da Guerra Civil Espanhola e o insucesso da Revolta dos Marinheiros em Lisboa no mês de setembro.

Já houve, aqui, menção ao comovente texto de Carlos Reis proferido no funeral nacional do escritor português. Quero recordá-lo, pois, ali, o crítico indica que os personagens saramaguianos nos provocam, a nós, leitores – no sentido latino de *provocare*. Ocorre que esse é exatamente o feito de Unamuno (sequer alçado à condição de *personagem* desse romance, vale frisar) em relação a Ricardo Reis: provocar, «chamar para fora». Assim

são estas figuras e outras mais [...], com nome inscrito ou sem ele, que nos provocam (*provocare*: chamar para fora), ao mesmo tempo que nos propõe sentidos que os transcendem e que nos transcendem, sob o signo do poder subversivo da linguagem (Reis, 2022: 154).

Carlos Reis sugere que os personagens de Saramago excedem o literário e nos movem – aqui, no mundo dos vivos – para fora (da caverna, à maneira platônica), para o «lugar heterodoxo» (Reis, 2022: 155) da linguagem subversiva: se calhar, nós pensamos (ensinam Lídia, Pessoa-defunto e outras tantas personagens saramaguianas). De igual maneira, alguns *incidentes* narrativos *movem* os protagonistas criados

por Saramago. Unamuno é, no romance de 1984, um incidente, uma revelação, uma intromissão, que insurge *por terras de Portugal y de España* de modo a provocar um poeta apático (que já há muito não fazia poesia...), de modo a empurrá-lo para fora daquela Lisboa chuvosa, daquele Portugal salazarista tão irmanado à Espanha já quase vencida pelo franquismo.

Evoco mais algumas palavras de Carlos Reis: «a ordem que a rege [a literatura de Saramago] é, por paradoxal que pareça, o constante movimento que aponta para a sua derrogação» (Reis, 2022: 155). Quero acrescentar, portanto, que, a partir da menção ao catedrático de Salamanca, assistimos a um aumento da tensão narrativa, pois Ricardo Reis vai deixando de ser o que sempre fora, e nós, espectadores do espetáculo da narrativa, ficamos desassossegados com seu rebuliço. O romance, desse ponto em diante, assume uma ordem paradoxal, pois o esteta neopagão emprestado da poesia pessoana pareceu-nos sempre «escolher modos de não agir» (o excerto é do *Livro do desassossego* de Pessoa e figura como uma das epígrafes d'*O Ano da Morte*), contudo, o que vemos agora é a «derrogação» dessa verdade, pela experiência de um personagem que finalmente indaga, interpreta, caminha, corre, preocupa-se, convoca o fantasma de Pessoa, anseia conhecer o futuro, espreita a resposta ética de Unamuno como que perscrutando modos de, agora sim, agir.

Cabe, nesse ponto, uma explanação de cunho histórico: a Revolta portuguesa de que participa Daniel, o irmão da criada, eclode em virtude do clima revolucionário que a «Espanha vermelha» (Meneses, 2011: 239) espalhava na Península Ibérica. O Hotel Bragança, primeira morada de Ricardo Reis em seu retorno a Lisboa, está, nessa altura da narrativa, tomado por espanhóis conservadores fugidos do país vizinho. Portanto, tudo nos momentos finais d'*O Ano da Morte* leva a crer que a Espanha fica logo ali. Tal interpretação ganha maior amplitude se consideramos a poética saramaguiana em sua totalidade, recordando-se que o próximo romance publicado pelo autor será *A Jangada de Pedra* (1986) – obra em que Portugal e Espanha descolam-se, juntas, do continente europeu, como se numa Jangada de Ibéria...

Retomando o livro de 1984, acrescento que apenas o deleite sexual momentâneo pode separar Portugal de Espanha, pode apartar a «revolta naval de setembro» (Meneses, 2011, p. 239) da guerra espanhola entre republicanos e falangistas, pode dirimir a inquietação de Lídia para com o futuro do irmão insurgente ou dissipar os pensamentos enfim preocupados com o espetáculo do mundo por parte de Ricardo Reis.

O gozo passa, o mal-estar impera: os bombardeios aos navios Afonso de Albuquerque, Dão e Bartolomeu Dias, a mando de Salazar, culminarão na morte de Daniel Martins, irmão de Lídia. Esta, depois de tal tragédia, desaparece (grávida) do romance (Reis, Pessoa e nós, leitores, não saberemos mais nada dela). Na sequência, o poeta, médico, amante aturdido recebe de Pessoa-defunto a notícia de que seu tempo de permanência *neste* mundo se acabou. Depois de uma extensa narração em que o heterônimo conseguiu contentar-se com o espetáculo do mundo – sonolento, apático, reacionário – Reis personagem parece agora entender que «não há um lugar onde o poeta possa descansar a cabeça» (Saramago, 2010: 381).

Os dizeres unamunianos – «vencer no es convencer» (Colette e Rabaté, 2014: 808) – convencem Ricardo Reis de que o mundo como espetáculo, cantado pelos estoicos, não existe. Em alguma medida, se a investida fascista espanhola terminou por encarcerar Unamuno num exílio em sua própria casa que culminou na sua morte no último dia de 1936, a eclosão da Guerra Civil no país vizinho, a revolta dos marinheiros em Lisboa e o recrudescimento da perseguição salazarista (que fede insuportavelmente à cebola) afluem para a grande tomada de posição, o ato máximo de Reis na narrativa: a opção por morrer.

Unamuno é evocado como *daimon* de Reis. Estou acionando tal expressão conforme a tradição socrática, notadamente aquela retomada criativamente por Nietzsche no seu *O nascimento da tragédia* (1872/2000). O filósofo do século XIX adverte que

Uma chave para o caráter de Sócrates se nos oferece naquele maravilhoso fenômeno que é designado como o “*daimon* de Sócrates”. Em situações especiais, quando sua descomunal inteligência começava a vacilar, conseguia ele um firme apoio, graças a uma voz divina que se manifestava em tais momentos (Nietzsche, 2000: 151).

Essa voz que constitui firme apoio para a tomada de decisão do poeta neopagão no final do romance parece ser a de Unamuno. Mais um breve aporte crítico pode explicar melhor essa intuição:

Segundo as referências de Platão e Xenofonte, principais fontes do pensamento socrático, a presença constante de um “*daimon*”, como guia e conselheiro pessoal, foi professada pelo próprio filósofo. A atuação desse “*daimon*”, inteiramente benéfico, evita que determinadas situações ocorram e que outras sejam

viabilizadas [...] (Costa, 2001: 105).

Afinal, o *daimon* que *viabiliza* os últimos momentos da existência biográfica (literariamente biográfica de Reis) ecoa as palavras daquele outro homem contraditório e enredado em impasses na Ibéria dos anos 1930: Miguel de Unamuno. A menção a Dom Miguel como poeta que teve tempo para corrigir ou ao menos atenuar a posição política controversa que antes assumira desencadeia em Reis o ímpeto de dar também o seu grito em favor da razão, da poesia, da vida. Observemos como o narrador se utiliza desse expediente unamuniano para valorar figuras capazes de se revisarem, de redimirem, pelo ato mais tardio, os feitos e os ditos antecedentes:

Mas de Miguel de Unamuno, que nós admirávamos, ninguém ousa falar, é como uma ferida vergonhosa que se tapa, dele só se guardaram para edificação da posteridade aquelas palavras quase derradeiras suas com que respondeu ao general Milan d'Astray, o tal que gritou na mesma cidade de Salamanca, Viva la muerte, o senhor doutor Ricardo Reis não chegou a saber que palavras foram essas, paciência, (...) mas olhe que por elas terem sido ditas é que alguns de nós ainda reconsiderámos a decisão que tínhamos tomado, em verdade direi que valeu a pena ter vivido Miguel de Unamuno o tempo suficiente para vislumbrar o seu erro (Saramago, 2010: 389-390).

Valeu a pena ter vivido Ricardo Reis? Nos perguntamos nesta altura do romance, enquanto o personagem vai respondendo que sim, pois afinal emendou-se enquanto pessoa, distinta do Pessoa, justamente no momento em que, pela aparição de um outro histórico, consegue ler-se como parte de uma trama e de um mundo. Unamuno, em sua travessia intelectual, buscou o sepulcro de Dom Quixote de La Mancha e, ao fazê-lo, redimensionou a existência poética luminosa de toda a Ibéria. Reis, ao vislumbrar o universo inacabado e contraditório de Unamuno, toma parte nele e completa-se enquanto ser de alteridade no horizonte do outro, funde-se ao conhecimento, à vontade e ao sentimento do autor vasco pelo excedente de visão que enfim lhe chega.

Como eu já havia antecipado, é pela boca de Pessoa-defunto que Reis – e nós, leitores de Saramago – acessaremos a resposta de Unamuno, tida como hipotética, mas plausível tanto por Pessoa quanto por Reis. O fantasma, aliás, na conversação sobre o tema, aproveita para emendar uma justificativa de si mesmo, comparando-se ao reitor

de Salamanca: «uma vez fui eu ao ponto de admitir que a escravatura fosse uma lei natural da vida das sociedades sãs, e hoje não sou capaz de pensar sobre o que penso do que então pensava e me levou a escrevê-lo» (Saramago, 2010: 395). O amante de Lídia, apaixonado por Marcenda, na mesma conversação, ainda perguntará ao morto: «A mão esquerda de Marcenda, que sentido terá, Ainda pensa nela, De vez em quando, Não precisava de ir tão longe, todos somos aleijados» (Saramago, 2010: 395). O heterônimo somente nesta altura da trama nota que os poetas estão sendo aleijados, amputados, pois, talvez, onde impera o fascismo, não cabe mesmo a poesia.

É interessante ainda observar que Saramago, enquanto autor que se colocou à margem de si (para usar uma expressão de Bakhtin, 2006), levou ao limite o procedimento dialógico no episódio que aqui analisamos com insistência: o escritor viu, no ato unamuniano contado e reinventado por gerações, uma ponte de intermédio capaz de fazer acordar o plácido Ricardo Reis quando nem sequer a conversação com um defunto o fizera se mover em direção ao gesto, à palavra. «Que gesto, que palavra» (Saramago, 2010: 144), perguntava o autor das odes em meados do romance. Respondem-lhe os personagens históricos, da literatura e da vida, Pessoa, Adamastor, Unamuno: o gesto, a palavra, o grito que endireitam à força a curva do horizonte, mesmo quando o tempo é de chuva oblíqua. Para finalizar nosso itinerário crítico, retomamos as palavras de Carlos Reis no mesmo texto dedicado ao recém falecido Saramago: «desse rumor de memórias viveu e viverá a literatura deste grande escritor, acrescentando-se a ela uma aguda e inquieta autoconsciência do trabalho da escrita literária e da ética que a sustenta» (Reis, 2022: 151). A referida autoconsciência literária é o que permitiu a Saramago alcançar um dialogismo tão elástico, erigindo um tecido romanescos «no qual homens e ideias, separados por séculos, se chocam na superfície do diálogo» (Bakhtin, 2010: 127).

Retomando pela última vez aquele epíteto belíssimo que Teixeira de Pascoaes utiliza para se referir ao poeta espanhol seu amigo, entendendo que sim, Unamuno foi um espírito vivo da Ibéria, que fez o mundo, com suas contradições profundas, enfim resplandecer para Ricardo Reis – a ponto de desassossegá-lo. Essa consciência aterradora de Reis, alcançada à última hora, é o seu grito de redenção? «O Adamastor não se voltou para ver, mas parecia-lhe que desta vez ia ser capaz de dar o grande grito» (Saramago, 2010: 428).

Referências

- Bakhtin, M. (2006). *Estética da criação verbal*. 4. ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2006;
- Bakhtin, M. (2010). *Problemas da poética de Dostoiévski*. 5. ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária;
- Bakhtin, M. (2019). *Teoria do romance III. O romance como gênero literário*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34;
- Cierva, R. (1970). *Historia ilustrada de la Guerra Civil española*, vol. II. Barcelona: Danae, 74-76;
- Colette e Rabaté, J. (2014). *Miguel de Unamuno. Biografía*. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial;
- Colette e Rabaté, J. (2018). *En el torbellino. Unamuno en la guerra civil*. Madrid: Marcial Pons;
- Costa, V. (2001). O “daimon” de Sócrates: conselho divino ou reflexão?. In *Caderno de Atas da ANPOF*, n. 1, 2001, 101-109. In <http://www.pucrio.br/parcerias/sbp/pdf/14-valcicleia.pdf>. Acesso em 14 jul 2023;
- Cuesta, R. (2019). Raimundo Cuesta dice que “Unamuno fue un profeta en el infierno del 1936”. In <https://archivo.kaosenlared.net/raimundo-cuesta-dice-que-unamuno-fue-un-profeta-en-el-infierno-del-1936/index.html>. Acesso em 10 jul 2023;
- Del Molino, S. (2018). Lo que Unamuno nunca le dijo a Millán Astray. In https://elpais.com/cultura/2018/05/07/actualidad/1525711624_377047.html?event=go&event_log=go&prod=REGCRARTCULT&o=cerrcult. Acesso em 10 jun 2023;
- Delgado Cruz, S. (2018). Arqueología de un mito: el acto del 12 de octubre de 1936 en el Paraninfo de la Universidad de Salamanca. In <https://gredos.usal.es/bitstream/handle/10366/137592/Arqueolog%C3%ADa%20de%20un%20mito.pdf?sequence=1&i-sAllowed=y>. Acesso em 15 jun 2023;
- Medeiros, A. (2014). *O que tem de ser tem de ser e tem muita força: história, tanatografia e poesia n’O Ano da Morte de Ricardo Reis*. Dissertação (Mestrado em Literatura e Práticas Sociais) – Instituto de Letras da UnB. Universidade de Brasília, Brasília (DF);
- Medeiros, A. (2017). *Poética socrática, tanatografia e a invenção do desassossego*. Tese (Doutorado em Literatura e Práticas Sociais) – Instituto de Letras da UnB. Universidade de Brasília, Brasília (DF);

- Meneses, F. (2011). *Salazar: biografia definitiva*. Trad. Teresa Casal. São Paulo: Leya;
- Nietzsche, F. (2000). *O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo*. Trad. J. Guinsburg. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras;
- Pascoaes, T. (1957). *Epistolário ibérico. Cartas de Pascoaes e Unamuno*. Nova Lisboa: Câmara Municipal de Nova Lisboa;
- Perrone-Moisés, L. (2022). Ricardo Reis, o heterônimo sobrevivente. In Perrone-Moisés, L., *As artemages de Saramago*. São Paulo: Schwarcz, 17-26;
- Pessoa, F. (2005) *Odes de Ricardo Reis. Obra poética*. 3. ed. Org. Ma. A. Galhoz. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 251-296;
- Pessoa, F. (1955). *Poesias Inéditas (1930-1935)*. Fernando Pessoa. (Nota prévia de Jorge Nemésio.) Lisboa: Ática;
- Reis, C. (2022); José Saramago: o Escritor como Mestre. In Saramago, J. *Literatura e compromisso: textos de doutrina literária e de intervenção social*. Seleção, introdução e notas de Carlos Reis. Belém: ed.ufpa; Lisboa: Fundação José Saramago, 149-156;
- Zavala, I. (1991). *Unamuno y el pensamiento dialógico*. Barcelona: Anthropos.